

Senadores facilitam a vida dos estados

Glaucio Dettmar 24.08.95f

Em protesto contra a política de juros altos do governo, o Senado alterou ontem o limite de rolagem das dívidas dos estados e municípios.

Agora os prefeitos e governadores poderão refinarciar 100% dos débitos, tanto do principal quanto dos juros. Até então só podiam rolar 98% e precisavam pagar 2%.

A mudança foi feita ontem, quando os senadores votaram um pedido do governo da Bahia de autorização para a rolagem dos 100% de sua dívida mobiliária (em títulos), de R\$ 530 milhões, com vencimento de janeiro a junho de 1996.

“A política de juros altos está inviabilizando as finanças dos estados”, disse o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho (PA), ao justificar seu voto favorável ao refinanciamento total.

Obrigação — Para Barbalho, líder do maior partido aliado do governo, o Senado não pode ver apenas as dificuldades da União, mas tem a obrigação de defender os estados contra “uma política que está triplicando as dívidas mobiliárias estaduais”.

O senador concordou o líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA). Ele acusou o governo de pagar pelos empréstimos externos juros de 6% e de cobrar dos estados juros “estratosféricos”.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-

MT), relator da comissão que estuda a dívida contratual dos estados com a União, reclamou do “tratamento de príncipe” dado pelo governo aos bancos privados e da falta de “tratamento adequado” para os estados.

Taxas — “Entra ano e sai ano e a política econômica não muda”, afirmou. “Hoje, a concentração de riqueza é absurda e é um contra-senso que seja a social-democracia a responsável por essa política de taxas de juros.”

A linha de crédito do Banco Central aos bancos privados, dentro do Proer, entende Barbalho, “vai elevar as taxas de juros”, porque o BC será obrigado a lançar títulos no mercado para enxugar a economia.

“O programa de ajuda aos bancos vai repercutir em todos os setores da sociedade, inclusive aumentando a dívida dos estados pelo aumento das taxas de juros”, previu.

A defesa da rolagem em 98% da dívida, com o pagamento de 2%, foi feita pelos senadores Vilson Kleinubing (PFL-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Jefferson Peres (PSDB-AM).

Casildo Maldaner alertou os colegas de que “na esteira da decisão” tomada hoje os demais Estados e municípios também reivindicariam a rolagem de 100%. Ontem mesmo o Estado de Goiás reivindicou o mesmo tratamento dado à Bahia.



Barbalho: os juros altos estão inviabilizando as finanças dos estados